

Votação teve guerra de informações

Os plenários vazios da Câmara e do Senado foram a melhor imagem da ressaca parlamentar, depois de uma semana na qual o assunto principal foi o aumento dos salários de deputados e senadores. Com a convicção de que poderão embolsar cerca de Cr\$ 8 milhões líquidos em dezembro (calculado o pagamento retroativo a novembro), os parlamentares sumiram de Brasília.

Seus salários, se o Supremo Tribunal Federal não atrapalhar, poderão chegar a Cr\$ 6,3 milhões em dezembro, contra os Cr\$ 2,6 milhões do mês passado. Janeiro é mês de negociação salarial dos servidores públicos federais e qualquer aumento reflete diretamente no salário do parlamentar. A previsão mais pessimista aponta vencimentos de Cr\$ 10 milhões em janeiro. Por coincidência, mês de recesso, quando os parlamentares não trabalham.

Auto-conceder-se um reajuste sete vezes maior do que o aprovado para a maioria dos 1,4 milhão

de servidores não foi a única trapa-lhada política do Legislativo. Foram 143% para os parlamentares contra 20% para a maioria dos barnabés. Quase na mesma época, o Congresso negou o aumento do salário mínimo, que poderia passar de Cr\$ 42 mil para Cr\$ 54 mil em novembro. O Congresso aceitou os argumentos do governo, de que a Previdência não suportaria esse aumento. Depois de negociar uma semana com os líderes, o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), cedeu aos argumentos da maioria dos deputados. No momento de divulgar, porém, a mesa optou pela tentativa de encobrir o reajuste milionário, se comparado com os salários miseráveis da maioria da população.

A pressão, na verdade, começou durante a votação da cassação do deputado Jabetes Rabelo (RO). O grupo rebelde, que apoiou Rabelo e por pouco não impedi sua cassação, deu o recado de que os salários estavam baixos. Na última semana, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) depositou uma lista de mais de 300 assinaturas sobre a mesa dos líderes. Eles não aceitavam o aumento de 62%, defendido inicialmente por Ibsen Pinheiro. Uma fórmula com aparência de moralidade foi preparada e aprovada na noite de quin-

ta-feira por um plenário inusitadamente cheio.

Empecilho — A camuflagem prolongou-se durante toda a negociação. O PT, que nunca aceitou aumento superior a 62%, era o único empecilho. Enquanto negociaava, a mesa tratou de esconder-se atrás de uma guerra de informações erradas. O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), primeiro-secretário da mesa, chegou a garantir, na quarta-feira, que o aumento ficaria limitado ao índice dos funcionários da casa. Na quinta-feira, dia da votação, ele se contradisse. Enquanto Inocêncio falava em salário novo de Cr\$ 6,3 milhões, Ibsen anuncava Cr\$ 5,2 milhões. Propositadamente, o deputado Ibsen Pinheiro esqueceu os 20% que todos os servidores receberiam.

A enxurrada de informações erradas prosseguiu com o assessor de imprensa da mesa, Ronaldo Paixão. Na quinta-feira, ele divulgou e garantiu textualmente que os salários dos deputados não ultrapassariam o índice de 102,58%. Ontem, Paixão assinou uma nota acrescentando os 20% omitidos na informação anterior. O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), desafiava os deputados que votaram contra o aumento a devolverem o dinheiro à Câmara, como prevê a resolução aprovada.